

PLN que possibilita reajuste passa pela CMO e vai ao Plenário

O texto do PLN 2/2023 que altera a previsão orçamentária e possibilita o reajuste linear de 9% a ativos, aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90, que passou ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), deve entrar na pauta do Plenário do Congresso Nacional ainda nesta tarde de 26 de abril.

A aprovação do PLN é necessária para abrir caminho para o envio de uma Medida Provisória (MP). A CMO também aprovou o PLN 5/2023 que assegura o piso salarial da enfermagem.

Pela expectativa do próprio governo a MP deve ser enviada até o dia 30 de abril para assegurar o reajuste dos servidores a partir de 1º de maio, com valores a serem pagos em junho. Caso esse prazo não seja cumprido o governo não pode assegurar retroatividade do pagamento por impeditivos encontrados no próprio orçamento da União 2023.

Vale lembrar que o novo valor do auxílio-alimentação de R\$658, também garantido em acordo, começa a valer a partir da folha de pagamento emitida em abril, a ser paga a partir de 1º de maio.

Diálogo com parlamentares

Os representantes dos servidores e servidoras estão mobilizados em uma força tarefa no Congresso Nacional, para dialogar com os parlamentares. Nas redes sociais e por e-mail servidores por todo o Brasil também estão em contato com parlamentares de seus estados. A ideia é convencer o maior número de congressistas da importância de se aprovar o PL o mais rápido possível. "Já são sete anos de congelamento salarial e a catego-



ria está contando com esse reajuste no bolso a partir de junho, como o próprio governo assegurou", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

A expectativa é de que os parlamentares considerem esse fator dos prazos e a importância e necessidade dessa pauta para milhares de servidores em todo o Brasil. "É uma corrida contra o tempo e para todo trabalhador que está com seu salário congelado, cada dia conta e muito", argumenta Sérgio.

Seminário debate Campanha Salarial 2024

Ainda essa semana, nos dias 28 e 29, servidores se prepararam para realização de um seminário promovido pelo Fonasef para debater a Campanha Salarial 2024. O evento terá debates sobre a conjuntura, as implicações do arcabouço fiscal para o reajuste, ciclo orçamentário e organização para a próxima jornada de luta pela recomposição salarial das perdas históricas.

Até o momento do fechamento desta edição do Diário do Sindsep, nenhuma informação havia sido repassada sobre a sessão do Plenário do Congresso Nacional.

Com informações da Condsef.

Força Tarefa visita gabinetes do Senado

A Condsef montou uma Força Tarefa em Defesa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e está visitando e debatendo as Medidas Provisórias 1156 e 1154, nos gabinetes dos senadores com objetivo de sensibilizá-los para a importância da Fundação para a execução das políticas públicas de saneamento básico. Durante a manhã de ontem, 25, a Força Tarefa intensificou as reuniões com os senadores com a intenção de aumentar a quantidade de parlamentares que sejam contra a extinção da Fundação Nacional de Saúde.

Em vez da extinção da Funasa, a Força Tarefa está fazendo gestão para a reestruturação da Fundação que hoje é a única alternativa para o saneamento dos municípios de até 50 mil habitantes. Que são inclusive a grande maioria.

Para o secretário de Formação da Condsef, José Figueiredo, a luta pela reestruturação da Funasa é uma bandeira de luta da Confederação em respeito a história da instituição e sua importância principalmente para a população que vive nos pequenos municípios pelo interior do Brasil.

"Não podemos aceitar que um órgão de tamanha importância, sobretudo para as pessoas mais pobres de nosso país seja extinto. Entendemos que a Funasa foi sucateada por muitos anos, mas não aceitaremos calados a sua destruição", disse José Figueiredo, secretário de Formação da Condsef e diretor jurídico do Sindsep/MA.

Receita paga lote residual do IR 2022 sexta (28)

Contribuintes que caíram na malha fina na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2022 - e que ainda não receberam a restituição do imposto - podem se preparar para o recebimento da parcela que será paga nesta sexta-feira (28).

Além destes, a Receita informou que também receberão o pagamento aqueles contribuintes que tiveram alguma divergência de dados no sistema e que já regularizaram as pendências.

O pagamento irá cair na conta bancária do contribuinte indicada no momento da declaração do Imposto de Renda. Mas pode também entrar na conta a partir da chave Pix do contribuinte, caso a tenha informado.

No total, serão contemplados mais de 290 mil contribuintes que já regularizaram sua situação com a Receita. Dentre estes, entram as prioridades: 3.647 contribuintes que tenham mais de 80 anos; 25.136 contribuintes que tenham mais de 60 anos; 3.957 contribuintes que tenham alguma deficiência ou doença grave; e 9.615 contribuintes que vivem com a maior renda proveniente do magistério.

Além dos grupos prioritários, outros 248.579 contribuintes não prioritários também serão contemplados no pagamento.

Para saber se está dentre os contemplados, o contribuinte deve acessar o site da

Receita Federal e clicar na aba Meu Imposto de Renda. A consulta da restituição do Imposto de Renda pode ser feita clicando neste link. Na sequência, para visualizar o resultado da consulta, o contribuinte deverá inserir o número do seu CPF e data de nascimento.

Os contribuintes também podem consultar sua situação pelo aplicativo da Receita Federal disponível para download em sistemas Android e Apple.

Caso o contribuinte não verifique seu nome na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e emitir o seu extrato. Caso haja pendências, o contribuinte deverá enviar uma declaração retificadora e aguardar o retorno da Receita Federal.

Os valores ficarão dispo-

níveis para saque no Banco do Brasil pelo prazo de até um ano. Depois deste período, se o contribuinte quiser ter acesso ao dinheiro deverá solicitar o saque no Portal e-CAC, no menu "Declarações e Demonstrativos". Na sequência deverá clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária".

Caso haja algum problema com a conta informada para depósito e a restituição não for depositada, o contribuinte poderá agendar para retirar o dinheiro em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB. Essa autorização também pode ser solicitada por telefone, ligado para a Central de Relacionamento do Banco do Brasil.

Fonte: CUT

IMPOSTO DE RENDA 2023



ATENDIMENTO*
Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).